

V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

ESCUTANDO AS VOZES DE QUEM PRÁTICA O ABORTO NO BRASIL

AUTOR PRINCIPAL: Camila Marini

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: Maristela Piva

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva compreender o que impulsiona a tomada de decisão das mulheres pelo abortamento, bem como verificar as consequências emocionais após este ato. Trata-se de um estudo exploratório que utiliza como instrumento um formulário online através da plataforma Survio para o levantamento de dados. A análise dos dados obtidos é realizada de forma qualitativa e quantitativa, procurando-se fazer os cálculos de porcentagens nas respostas encontradas. A partir destas informações obtidas, interpretou-se os elementos significativos, e buscou entender quais são os aspectos comuns entre os mesmos, relacionando-os com a literatura consultada. Os estudos têm apontado que a criminalização do aborto gera vulnerabilidade nas mulheres que o praticam, o que resulta em uma questão de saúde pública que envolve questões legais, econômicas, sociais e psicológicas. Cabendo, assim, a psicologia contribuir para a elucidação desta realidade na sociedade brasileira.

DESENVOLVIMENTO:

Embora no Brasil o aborto ainda não seja uma prática legal, sabemos que esta realidade se faz presente. Estima-se que 1 em cada 5 mulheres aos 40 anos de idade já tenha feito um aborto (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017). Estes dados indicam uma realidade: o aborto é comum no Brasil, e geralmente ele é clandestino, pois, nosso Código Penal o criminaliza, exceto em casos de gravidez resultante de estupro, fetos anencéfalos, e caso não haja outro meio de salvar a vida da gestante. Porém, mesmo em casos previstos por lei, os serviços oferecidos no sistema público de saúde permanecem escassos ou até mesmo inexistentes, impossibilitando o acesso ao



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



aborto, reconhecendo, assim, que este, embora disseminado culturalmente e legitimado entre a sociedade, é invisível para as políticas públicas e para a ação dos sistemas de atenção à saúde. É importante ressaltar que os números sobre o aborto apresentados nos levantamentos de dados nunca são precisos, pois, são sempre atravessados por aspectos culturais, religiosos, legais e morais, fazendo com que as mulheres ocultem e não declarem seus abortamentos. Acredita-se, também, que estes números podem ser muito maiores, uma vez que ficam camuflados pelas complicações, sendo registrados como hemorragias e infecções. Há também o fato da população não reconhecer algumas práticas como abortivas, mas sim, como parte da rotina contraceptiva da mulher. Ao se buscar o perfil das mulheres que buscam o abortamento, observa-se não existir um perfil específico, contrariando os estereótipos, e notando-se que esse processo no Brasil é comum, estando essa prática enraizada na vida reprodutiva das mulheres. Porém, é de se observar que a falta de recursos econômicos e de alternativas, a dificuldade de acesso à informação e direitos humanos, faz com que mulheres de comunidades pobres e marginalizadas sejam atingidas mais impiedosamente pelas consequências do abortamento inseguro. Estas mulheres carregam, muitas vezes, como resultado do ato, a culpa e a crença de futuramente pagarem de algum modo, como forma de castigo e autopunição, por terem "matado" um filho. Observa-se, entretanto, que esta culpa relaciona-se ao fato de terem contrariado determinados padrões "socialmente aceitáveis", onde se espera que a mulher tenha filhos. Compreende-se, que como consequência do abortamento instala-se um processo de luto, e, experimentar os sentimentos decorrentes do luto são favoráveis para a elaboração do mesmo, tornando a pessoa capaz de lidar com a situação. Contudo, esta ajuda aos processos psíquicos decorrentes do aborto não é uma realidade, já que o ato é reconhecido como ilegal e imoral. Cabe, pois, a psicologia, estudar o aborto, ver como esta prática vem sendo influenciada por aspectos culturais, religiosos, legais e morais, o que, por sua vez, poderá levar as mulheres a ocultarem ou não declarem seus abortamentos, ou até mesmo ter que lidar de forma marcante com a culpa destes processos no decorrer de suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O aborto é uma questão de saúde pública, e frente a essa problemática existem poucos estudos empíricos realizados no Brasil, até mesmo pela questão da ilegalidade e imoralidade que circunda o tema. Mas, se as mulheres continuam procurando o abortamento, precisamos compreender como esta experiência marca dramaticamente suas vidas, que portanto, precisam ter suas vozes ouvidas. E ainda, há que se discutir perspectivas de ajuda a estes grupos e repensar a descriminalização do aborto no Brasil.

REFERÊNCIAS



V SEMANA DO CONHECIMENTO

**CONSTRUINDO CONHECIMENTOS
PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**

1 A 5 DE OUTUBRO DE 2018



DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 22, n. 2, p. 653-660, Fev. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 mar. 2018.

NÚMERO DA APROVAÇÃO CEP OU CEUA (para trabalhos de pesquisa):
93470818.7.0000.5342

ANEXOS

Aqui poderá ser apresentada somente uma página com anexos (figuras e/ou tabelas), se necessário.